
108ª SESSÃO ORDINÁRIA 07OUT2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Municipal do Idoso – Comui, que tratará do assunto relativo à Cidade Amiga do Idoso e ao Fórum Social Mundial da População Idosa. O Sr. Lélío Luzardi Falcão, representando o Comui, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. LÉLIO LUZARDI FALCÃO: Boa tarde ao Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; aos demais Vereadores e Vereadoras que já estão aqui, os idosos – alguns já são idosos –, aos meus companheiros do Conselho Municipal do Idoso e às demais pessoas que estejam assistindo ou participando desta Tribuna Popular.

Gostaríamos muito de reforçar o agradecimento a esta Casa por tudo que tem feito na legislação do idoso, mas que é claro que esperamos sempre um pouquinho mais, a gente vem aqui para isso.

Esta Tribuna foi solicitada, caros Vereadores e senhores que nos assistem, com o objetivo de avançarmos nessa condição da aproximação entre o Conselho Municipal do Idoso e esta Casa Legislativa. Como todos vocês devem saber, Porto Alegre foi agraciada como uma das cidades amigas do idoso pela Organização Mundial da Saúde, em outubro de 2015, um ano atrás. Essa certificação se dá, na realidade, num comprometimento de atendimento de uma série de normas da própria Organização Mundial da Saúde. Na condição de uma Cidade que tem sido exemplo e vanguarda em vários temas, Porto Alegre, dentro do Conselho Municipal da Saúde, dentro de um arcabouço legal, administra o primeiro Fundo Municipal do Idoso com os melhores resultados de que se tem notícia. Nós temos tido, nos últimos anos, mais de 15 milhões de captação, mas de uma potencialidade de mais de 120 milhões. Então, essa possibilidade, essa

potencialidade de recursos oriundos de renúncia fiscal, de recursos de imposto de renda que, em vez de irem a Brasília – e nós não termos uma noção muito clara dos seus destinos –, são diretamente colocados à disposição da sociedade de idosos de Porto Alegre com destinação adequada, pode ser para o Asilo Padre Cacique – e está aqui conosco a nossa Vice-Presidente –, pode ser para o Asilo Gustavo Nordlund, do Norte da Cidade, pode ser para ações da FASC, pode ser para ações dos cegos da Acelb. Enfim, as pessoas que vão fazer a sua adoção, a sua renúncia fiscal escolhem a entidade, escolhem o programa, que está colocado num *site*, e é da maior transparência. A partir do momento em que a pessoa acessa o *site*, clica na condição do Fundo, diz quanto quer doar, é impresso um documento, ele faz o pagamento via boleto em banco, fica com o seu comprovante, e esse recurso entra numa conta vinculada, que é administrada pelo Conselho Municipal do Idoso, mas que tem o controle técnico hoje da Secretaria de Governança.

E, dentro dessa condição do Fundo, meus caros Vereadores, pessoas que nos assistem, em 2015, a gestão anterior à minha, portanto – ou à nossa, já que estamos aqui em vários conselheiros – criou um programa fantástico de atendimento a 54 idosos, grau três. São aqueles idosos que estariam em leitos hospitalares de UTIs sem uma necessidade tão grande. Nessa condição, três entidades – Acelb, Gustavo Nordlund, SPAAN – aceitaram o desafio de, durante um ano, montarem equipes médicas, equipes de saúde, remodelarem espaços, comprarem equipamentos e, com isso, desafogarem as UTIs de hospitais abrindo espaços para outros doentes que necessitassem mais. E sobre isso eu tenho informações, caros Vereadores, de que já foi corrigido. Nós não tínhamos uma clareza muito grande antes, hoje sabemos que a Câmara já acertou e nós temos uma dotação de R\$ 3,8 milhões prevista para a manutenção desse programa, que é um programa piloto, oriundo de Porto Alegre.

Na sequência, nós gostaríamos de agradecer mais uma vez à Casa, porque fizemos nesta Casa – temos feito ao longo dos últimos anos com todos os Presidentes, e foi assim também com o nobre Ver. Cassio Trogildo, que nos recebe hoje.

A Casa tem acolhido o Fórum Social Mundial Temático, ou de partes, ou de grupos. Aqui havia a proposta de fazer o Fórum das Autoridades Locais, o Fórum dos Legisladores, o Fórum da Região Metropolitana, caro Vereador, que acho que é fundamental, porque nós temos os problemas, não dá para dividir: o idoso mora em Porto Alegre e trabalha em

Guaíba; mora em Canoas e vem estudar em Porto Alegre. Nós temos muitos idosos que voltaram a estudar. Pela primeira vez, fizemos, em janeiro de 2016, um Fórum Social Mundial da População Idosa, sobre o qual todos os senhores estão recebendo um relatório. Este relatório não é do Fórum Social todo, ele é mais centrado no Fórum dos Idosos. Os idosos, em Porto Alegre, já somam mais de 250 mil pessoas e têm carências muito próprias, muito adequadas.

O Observatório de Porto Alegre, o ObservaPoa, está com uma publicação no prelo, que, lamentavelmente ainda não está pronta, mas estará muito em breve e, talvez, na Feira do Livro, na sexta-feira, já seja lançada. Nós temos informações adequadas bairro a bairro, local a local.

Por último, em função dessas condições de fórum, em função dessa condição do Fundo, da própria Cidade Amiga do Idoso, dos 16 anos do Conselho Municipal do Idoso, nós estamos nos atrevendo, senhores e senhoras, a, até 2022, tentar trazer para Porto Alegre a 3ª Conferência Mundial do Envelhecimento.

Estivemos, no ano passado, junto com o Vereador, na COP21, e ele deve se recordar do espaço fantástico que é uma Conferência da ONU, com os chefes de estado – lá havia 140 chefes, se não estou enganado. Uma Conferência da ONU se divide em três. Eu agora queria chamar o Conselheiro Comassetto, que esteve conosco em Quito.

Estávamos passando rapidamente algumas imagens. Estivemos eu e um representante da Prefeitura – o Carlos Simões, que está conosco –, representando o Conselho do Idoso, fazendo uma das únicas apresentações, uma das únicas oficinas sobre idosos que aconteceu naquela Conferência da ONU. As conferências da ONU são decididas quatro anos antes, então, para nós termos uma conferência em 2022, nos próximos dois anos, nós teremos de trabalhar muito para garantir que a população de Porto Alegre, do Estado e do Brasil possa ter essa conferência aqui. Chamando a atenção de que a Conferência de 1982 foi em Viena, em 2002 foi em Madri, no Velho Continente, que levou 100 anos para atingir o nível de envelhecimento que a América Latina vai levar apenas 30 anos. Então essa condição de podermos planejar uma conferência da ONU, com seis anos de antecedência, abriria, parece-nos, essa perspectiva, assim como foi, para a Copa do Mundo, a realização de várias obras – algumas ainda não estão prontas, mas foram iniciadas e esperamos que sejam terminadas. Assim como ocorreram, agora, no Rio de Janeiro, as Olimpíadas, que deixam um legado muito grande. E que Porto Alegre possa,

usando como bandeira esse encontro da ONU, fazer seu tema de casa, educando as pessoas, qualificando espaços, promovendo esse evento. Querendo fazer o retorno, que quem faz a conferência da ONU sobre envelhecimento é a mesma Organização Mundial da Saúde que certificou Porto Alegre como cidade amiga do idoso. E, na tela, agora está lá o fechamento da conferência da ONU que aconteceu no dia 20 de outubro em Quito, onde o Ver. Comassetto esteve representando esta Casa ou a CUTHAB. Nós estivemos presentes e o Brasil tinha uma boa delegação. Como eu sei que o tempo é exato e eu o estou controlando, eu agradeço a atenção de todos e peço o apoio de vocês. Pensem no final desta Legislatura e na próxima para que Porto Alegre continue sendo a Cidade Amiga do Idoso e que possamos, cada vez mais, ter essa aproximação entre a Câmara e o Conselho Municipal do Idoso. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Presidente Lélío Luzardi Falcão para compor a Mesa conosco.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, logo após, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Estou falando em nome do Ver. Paulinho Motorista, em nome do nosso Partido, o PSB, e em meu nome para dizer o seguinte, meu caro Lélío: é bom tê-lo conosco nesta tarde conversando sobre esse tema, fazendo uma saudação ao amigo e uma saudação a todos os conselheiros e conselheiras do idoso que estão presentes.

Lá em 1991, apresentei um projeto aqui na Câmara que propunha isenção do IPTU para aposentado e pensionista com até três salários mínimos de renda. Esse projeto foi aprovado, Ver. Paulinho, e os municípios de praticamente todo o País instituíram isso, quase todos. Com isso, nós beneficiamos aproximadamente dezenas de milhões de idosos no País, com isenção total.

Saí daqui por uma temporada e voltei, e, quando cheguei aqui, me deparei com uma questão interessante: a Prefeitura mudou a lei e só está isento até um determinado valor de imóvel; acima daquele valor paga. Erro crasso! O idoso, que possivelmente trabalhou

por uma vida inteira e conseguiu segurar no seu patrimônio uma casa com um valor um pouco melhor, paga pela diferença. Isso está errado; mas está assim. Isenção de IPTU para idoso – fui eu que apresentei a proposta.

Voltei para a Câmara em 2009 e, logo depois que cheguei aqui, foi aprovado, em Brasília, o projeto de redução do valor devido para quem doasse recursos ao idoso. Como há uma lei nacional dizendo que há uma redução de valor de imposto devido, as pessoas e as empresas doariam para quem, para que e onde?

E daí, meu caro Lélío, eu resolvi: está na hora de criar um fundo municipal do idoso em Porto Alegre. Apresentei o projeto, a Procuradoria da Câmara disse que estava equivocado, que não poderia ser de iniciativa da Câmara porque gerava custo ao Município. Gerava um custo de R\$ 500,00 e arrecadou R\$ 15 milhões, R\$ 20 milhões. Olha, o visionário que se manifesta dessa maneira, e os Vereadores da Câmara tinham uma resistência enorme para votar, meu caro Villela, porque diziam que era inconstitucional. Então foi apresentada aqui na Câmara uma proposta: a reforma do Conselho Municipal do Idoso. “Taqueei” aquele projeto exatamente igual, como uma emenda, passou o projeto. Antes da existência dessa lei, Ver. Paulinho, Porto Alegre arrecadava para o idoso R\$ 9 mil, R\$ 10 mil por ano! E com essa proposta arrecada hoje, como já foi dito aqui, R\$ 14 milhões, R\$ 15 milhões, R\$ 16 milhões ou mais por ano. Eu nunca ouvi Prefeito, Vereador, Secretário, Secretário Adjunto, Comui, ninguém falar para ninguém, eu nunca ouvi dizerem que o pai da criança fui eu. Esse projeto me deu uma repercussão internacional, fui eu que dei uma entrevista para a rádio BBC de Londres. Pois Porto Alegre, quando acontece qualquer coisa, a nossa cidade amiga nem me informou da solenidade. Ingratidão! Ingratidão! Comigo, mas também com a Câmara! Nós, aqui na Câmara, quando apresentamos algumas coisas que acham injustificáveis, a imprensa nos bate o tempo todo. Agora, um projeto, dos projetos de maior repercussão social no Brasil, foi o cara da BBC de Londres que me disse, Ver. Paulinho, nunca disseram: “Foi a Câmara que apresentou”. E tem conferência não sei onde, quem vão? Os outros! Sequer fico sabendo. Para mim, não interessa. Interessa que eu quero ver quem neste País mais fez em termos de repercussão social de algum projeto para idoso. É a minha dor no peito. Quando foi lançado o Fundo do Idoso, lá na Prefeitura, sequer mencionaram que eu estava presente! Foi na gestão anterior. Sequer mencionaram que eu estava presente! Sabem por quê? Dodói no cotovelo daqueles que acham que, mesmo

não sendo, precisam cacarejar. Portanto, quero deixar aqui o meu abraço, dizer da importância do reconhecimento que tenho pelas instituições que tratam do idoso nos Municípios, e nós falamos em Porto Alegre. E quero trazer aqui a minha indignação: sequer comunicado fui desses eventos que existem por aí. Não fui comunicado! E tenho absoluta certeza, e desculpem a minha franqueza e petulância: se Porto Alegre é hoje uma Cidade amiga do idoso, tem, sim, senhoras e senhores, a minha decisiva participação e colaboração, pois há quase 30 anos que venho apresentando proposta neste sentido, e vou voltar, para aprovar a isenção do fundo. Desde 1992, o inativo com até três salários de renda não precisaria pagar nada de IPTU, nada. A proposta foi essa e foi aprovada, sim. Lamentavelmente mudaram porque eu não estava aqui, mas se eu estivesse na Câmara naquela oportunidade, não teriam mudado. Acho injusto por uma questão: posso ser um homem aposentado ou uma mulher aposentada, com dificuldade financeira porque eu tenho uma residência, um apartamento ou casa de um valor um pouco maior do que aquele nível de UFM que se definiu, tem que pagar. Está errado! Tem que dar isenção total para o idoso, de um patamar de isenção do IPTU, que é nossa seara. Um abraço a todos. Parabéns, e desculpem a indignação, mas é verdade: nunca ninguém disse quem foi o autor dos projetos, Ver.^a Sofia, e o que a Câmara aprova aqui. Só com esse projeto que a Câmara aprovou aqui, pagou o salário de praticamente todos durante muitos anos. Aquele abraço. Obrigado. Era o que eu tinha a dizer. Cumprimentos. Bom tê-los conosco na tarde de hoje. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Lélío, vim aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em meu nome, da Sofia, do Adeli e do Marcelo Sgarbossa, primeiro, quero cumprimentá-lo pela perseverança que tens com o tema junto com outros, que estavam, inclusive, lá no Habitat III, junto com o Carlos, que fizeram uma bela apresentação, um conferência muito concorrida, Sr. Presidente. E quero dizer que o Habitat III foi a grande discussão mundial do direito à cidade. E se nós tratarmos o tema do idoso, nós percebemos que a maioria das cidades, inclusive, a

nossa, continua devendo muito aos idosos, à terceira idade ou à boa idade. E aqui temos algumas agendas sobre as quais tivemos longos debates, inclusive, com o Ver. Paulo Brum, quando trata o tema do Plano Diretor para as pessoas com deficiência. Bom, a idade leva as pessoas a terem um conjunto de dificuldades, entre elas a locomoção. E o tema das nossas calçadas continua sendo um tema que exige qualidade, o transporte público, e assim por diante. Então, conte conosco para, não somente debater o tema, mas para fazer com que essa agenda se torne real, mas não só na teoria, mas tem que ir para a prática. E quanto ao Fórum Social Mundial, que houve aqui, em janeiro, com o tema do idoso em Porto Alegre, queremos dizer que continuamos lutando para Porto Alegre voltar a ser referência mundial nos temas sociais. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, cumprimento V. Exa. e cumprimento também o Sr. Lélío Luzardi Falcão, Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Porto Alegre, cumprimentando, inclusive, por esta presidência. E, neste assunto, Cidade Amiga do Idoso ligando com o Fórum Social Mundial. E faço triplamente, faço como Líder do meu Partido, PCdoB; como representante designada pela Mesa Diretora desde que entramos nesta Casa junto com o Ver. Cláudio Janta para representarmos esta Casa no Fórum Social Mundial. Temos convivido com o Sr. Lélío e também temos convivido em atividades importantíssimas, inclusive, realizadas nesta Casa, em relação aos idosos; e falo também como idosa. Aliás, hoje, completando 74 anos, exatamente neste dia. Eu acho importante dizer isso, porque é o significado de homens e mulheres que são esteio, durante toda a vida, do desenvolvimento de um País, do desenvolvimento de uma Nação. Homens e mulheres trabalhadores que, além de serem esteio do desenvolvimento, são esteio das lutas históricas por democracia, por liberdades, por direitos no nosso País. Então, eu acho importante que a Câmara Municipal esteja, neste momento, recebendo o Conselho Municipal do Idoso, porque os conselhos municipais, sejam do idoso, da saúde, da educação, o Conselho das Cidades, Dr. Lélío... Nós estamos buscando, e o Fórum Social tem sido um grande parceiro, construir o

Conselho das Cidades numa articulação com a Prefeitura Municipal na nossa reforma urbana. Acho que é um momento importante, inclusive, porque estamos preparando o Fórum Social Mundial novamente em Porto Alegre, fazendo a ligação das lutas democráticas do Brasil e da América Latina. A população idosa, no Fórum Social Mundial, tem participado ativamente, seja das marchas de abertura e em vários painéis, e traz para lá algo que a sociedade tem que reconhecer, que é a sabedoria dos nossos ancestrais e a sabedoria também para as novas gerações, que também tem o seu saber. Faço essa ligação, porque o Fórum Social, onde participamos – o Dr. Lélío também faz parte da coordenação, assim como eu, representando a Câmara junto com o Ver. Janta –, nós temos buscado fazer essas relações da sociedade em seu todo, do significado do trabalho das nossas gerações e do significado do conhecimento que essas gerações detêm. O Conselho, eu acho que é um parceiro estratégico, inclusive, para o significado das políticas públicas, articulando as políticas públicas. Deixo, Dr. Lélío, aqui, um desafio, eu acho, para nós, da população idosa, que somos os que mais usamos o Sistema Único de Saúde: que nós possamos estar juntos na luta contra a PEC nº 241/55, no Senado, que retira, que congela por 20 anos, o aporte de recursos estratégicos para a educação, segurança pública, previdência, assistência social e para o Sistema Único de Saúde. Nós, idosos, merecemos continuar com o nosso Sistema Único de Saúde, porque nós o construímos e o pagamos através dos nossos impostos. Acho que é um grande desafio para essa luta do fórum e para a luta do nosso querido Conselho Municipal dos Idosos. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sr. Lélío Luzardi, do Conselho Municipal do Idoso, meus registros serão em torno das casas de passagem. Há uma preocupação, porque em cada esquina abre-se uma casa de passagem e, num período posterior, não tendo tempo para a Vigilância da Secretaria da Saúde fazer a fiscalização, porque a equipe de funcionários não tem um tempo tão rápido de retorno – eles fazem a fiscalização, mas, quando chega dezembro, as primeiras visitas de janeiro não têm como

se repetir –, o que se vê é que muitas casas abrem para hospedagem e, de repente, já estão recebendo pacientes para tratamento e nem sempre elas têm o número de profissionais adequado, nem sempre as instalações são adequadas, e se vê, cada vez mais, esse mercado crescer, porque hoje nós não temos como cuidar das pessoas, pois a maioria das famílias é pequena e todos trabalham fora. Então, se observa que os idosos vão para as casas de passagem e se vê muitos problemas. Eu tenho essa grande preocupação: ampliar a fiscalização.

Outra preocupação é com os planos de saúde para pessoas como nós, que estamos indo para a terceira idade, e para os idosos: cada vez são mais difíceis de se pagar, porque há aumentos e mais aumentos. Os idosos teriam que ter também uma voz junto à ANS, para que esses aumentos fossem adequados e não majorados, às vezes, sem ter uma grande explicação. Meus cumprimentos ao senhor, e que os idosos continuem bem representados.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. GOULART: Falando em nome da minha bancada, queria cumprimentá-lo e dizer que, há alguns anos, nós aprovamos nesta Casa uma lei que trata da prioridade de atendimento para pacientes idosos nas unidades básicas de saúde. Chega um idoso com edema nas pernas, com falta de ar, com dor perto do precórdio, chegam pessoas com os maiores problemas e ficam esperando horas, horas e horas para que as pessoas da terceira idade sejam melhor ser atendidas. Nós fizemos a ação política; precisamos da pressão política dos senhores. Parabéns pelo trabalho que realizam.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Presidente Cassio, Presidente do Conselho, Lélío Falcão; demais presentes, meu grande amigo Felipe – um abraço! –, quero dizer

que, na minha profissão – como todos sabem, por 24 anos, fui motorista de ônibus, do que me orgulho muito –, lidei, diretamente, por todos esses anos, com muitos idosos. Graças a Deus, não me arrependo do que eu fiz, de ter dado aquele tratamento que o idoso merece, aquele respeito de, por exemplo, largar na parada, deixar sentar para arrancar o ônibus. Hoje, eu falo isso publicamente. Não estou mentindo! Quem me assiste de casa, ou aqui mesmo, sabe que o meu trabalho foi esse, com muito respeito ao idoso, porque eu sempre digo que, se o camarada não quer ficar idoso, dizendo que idoso é isso, que idoso é aquilo, o cara vai morrer antes de ficar idoso. Todos nós queremos chegar a uma idade, se Deus ajudar, queremos viver por muitos anos. Não é nem um, nem outro que fica idoso; todos nós ou vamos ficar ou vamos morrer antes.

Eu lhe dou os parabéns por estar aqui hoje. Quero dizer que esta Casa está sempre à disposição. Falo em meu nome e em nome do Ver. Aírto Ferronato, que acabou de falar sobre o projeto, que é muito importante, Presidente, Ver. Cassio. Um dia, um cidadão me procurou sobre a situação de estar aposentado, sobre IPTU, e, rapidamente – estou falando sinceramente –, eu liguei para o Ver. Ferronato para saber por que ele tinha colocado esse projeto, que é muito importante. Quero dizer, Presidente Lélío, que pode contar conosco, com o nosso partido, com a nossa Casa, para o que for possível. Um grande abraço aos idosos, que merecem todo o nosso respeito. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Lélío Luzardi Falcão, Presidente do Comui, está com a palavra para as considerações finais.

O SR. LÉLIO LUZARDI FALCÃO: Primeiro, quero agradecer a todas as manifestações que nós tivemos, inclusive a do Ver. Ferronato, que teve o cuidado de apresentar algumas questões, que não eram todas do meu conhecimento, mas, mesmo assim, identificando.

Para quem não sabe, o Conselho Municipal do Idoso tinha a sua sede no segundo andar do Mercado Público, e, alguns anos atrás, num incêndio, perdeu a sua história. Estamos resgatando, temos aqui dois companheiros do Conselho, o Conselheiro Lucas e o Conselheiro Felipe, encarregados de reconstituir a história e queremos muito ter esse cuidado.

Creio que todas as manifestações foram no sentido de reconhecimento pelo trabalho dos 16 anos do Conselho. Quero deixar bem claro que entrei no Conselho este ano; portanto, o estágio em que ele se encontra hoje, os projetos que foram feitos, as legislações são frutos de gestões anteriores. Sempre tenho o cuidado de enaltecê-los.

Quero agradecer a todos os meus companheiros de Conselho que estão aqui, a todas as pessoas, e dizer para a Ver.^a Jussara Cony que nasceu no Fórum Saúde Mais Dez, que pegou mais de dois milhões de assinaturas. Parece que esse é um dos maiores projetos na Câmara Federal de iniciativa popular. Ou seja, o Fórum tem essa condição de ampliar. Ao Ver. Eng^o Comassetto, meu colega, nós entendemos que já estão vivendo nas cidades mais de 80% da população, e, ao resolver o problema das cidades, resolvemos os problemas ambientais, de acessibilidade e de moradia. Grande parte dos idosos mora no Centro de Porto Alegre. Um dos grandes problemas é o atropelamento, a falta de assistência e coisas nesse sentido.

Gostaria de agradecer a fala da Ver. Lourdes, e dizer que está conosco o conselheiro que é da saúde de Porto Alegre e que tem sido incansável na fiscalização. É uma equipe pequena, e nós gostaríamos que todas as entidades, sejam elas do atendimento ao idoso, dos ILPIs, como da educação, do lazer, da cultura, porque, às vezes, se aluga um ônibus para uma excursão e ficamos sabendo de um acidente em que ele caiu num penhasco porque não estava adequado, e os idosos têm direito ao lazer. Esperamos que nunca aconteça em Porto Alegre o que aconteceu na boate Kiss em Santa Maria, mas os idosos promovem os seus bailes e também têm que ter essa qualidade nos espaços de atendimento. Então uma das ações do Conselho é a fiscalização e nós esperamos poder avançar cada vez mais.

Eu acredito que a fala de todos convergiram para o nosso objetivo de trazer para os senhores Vereadores os nossos anseios de pensarmos para daqui a seis anos trazermos um evento do porte desse do Equador, do porte da Conferência do Clima, em Paris, a COP21, e de outros eventos. Que nós possamos mirar longe e trazer para Porto Alegre iniciativas ou exemplos e projetarmos como a Cidade Amiga do Idoso, onde todos, não só os idosos, mas os de meia-idade e os jovens, esperamos que todos tornem-se idosos, tenham prazer de viver. Então, esse é um compromisso que tem que ser feito dia a dia, permanentemente, e por isso estamos aqui nesse final de gestão, mas já mirando uma próxima gestão.

Agradeço a todos, e ficamos à disposição no Conselho, na Rua Uruguai, nº 155. Queria aproveitar, fazer uma pequena provocação ao Carlos, a informação que nos deram da Prefeitura é que, dos recursos dos chefes de gabinete dos Vereadores, havia a possibilidade de doações ao Fundo de até R\$ 250 mil neste ano. Não sei onde está o Ferronato, queria colocar para ele isso. Isso significa R\$ 1,00 para cada um dos 250 mil idosos. A única coisa a fazer é, no final do ano, acessar o *site* do Fundo Municipal do Idoso, escolher o fundo e fazer a sua doação dentro da possibilidade de 6%. Para quem for fazer Imposto de Renda, tem que ser o completo, não pode ser o simplificado. Mas vejam que existem possibilidades, são singelas e em vez de mandar o recurso para Brasília poderia contribuir com Porto Alegre. Estamos à disposição de todos permanentemente na Rua Uruguai, nº 155, 9º andar. Desculpem pelas falhas que vamos ter porque não somos perfeitos, como ninguém é, mas queremos melhorar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Lélvio Luzardi Falcão, Presidente do Comui, também quero agradecer pela presença dos demais conselheiros, militantes dessa justa e valorosa causa, que é a causa do idoso da nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h56min) Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Presidente, V. Exa. preside esta Casa terminando uma legislatura, a qual nós construímos com diálogo, com transparência, com respeito ao Regimento. Proporcionalidade e representação do conjunto dos partidos, das bancadas e votamos em presidentes controversos, inclusive com crítica de setores da base social, a partir da construção coletiva e democrática que fizemos, enfrentando desgastes em determinados momentos para sustentar o que nós

entendemos que é um valor muito importante que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Ver.^a Lourdes, inaugurou e foi precursora. Antes mesmo, Ver. Paulo Brum, da Assembleia Legislativa, que, por anos, não consegui consagrar a proporcionalidade na representação partidária, inclusive excluía partidos muito bem votados pela população do Estado Rio Grande do Sul. Ora, a Câmara de Vereadores tem, no seu Regimento, o art. 13, que diz: “A Mesa Diretora é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara, compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretários. E será eleita pela maioria absoluta dos Vereadores e Vereadoras, mediante chapa única ou cargo a cargo, em votação nominal, respeitado o critério da proporcionalidade dos partidos ou dos blocos partidários, para um mandato de um ano”. E diz a mesma coisa na composição das Comissões: “Na Presidência das Comissões Permanentes, assegurar-se-á a representação proporcional dos partidos ou blocos partidários”. A possibilidade de partidos ou blocos não tira o determinado no Regimento, Ver. Mauro – que também foi nosso Presidente numa construção democrática nesta legislatura –, que é a proporcionalidade da representação nesta Casa.

Espantei-me, na semana passada, ao ver no Jornal do Comércio um título que dizia: “PT pode ficar fora da Presidência da Câmara”. Ora, nós, ouvindo uma notícia dessas, chegamos a pensar que o regime de exceção que se instala neste País, de maioria parlamentar, que impede uma Presidenta, que inverte o processo legal, porque agora não há mais presunção de inocência. Agora, tu és culpado, vais preso e aí a ti cabe provar e garantir inocência. Enquanto não fizeres delação, enquanto não fizeres quase uma confissão forçada, não saís da cadeia. Esse é o regime de exceção que nós estamos vivendo neste Brasil. Será que isso contaminou a história da Câmara Municipal de Porto Alegre? Uma história de precursora da democracia e da representatividade? Nós não começamos a nos movimentar enquanto bancada, porque esperamos que, soberanamente, as urnas definissem o Prefeito desta Cidade. Entendemos que, a partir da definição da Prefeitura, resolvida a majoritária, nós passaríamos a dialogar nesta Câmara, e o faremos a partir de hoje. Dizemos aos senhores e às senhoras que esperamos que nenhum Parlamentar nesta Casa ache que é legítimo, que é responsável com a democracia brasileira, que é responsável com a história da Câmara Municipal de Porto Alegre excluir alguma bancada. E uma bancada como a do Partido dos Trabalhadores, que é oposição, que continuará oposição, que tem um número

significativo de Vereadores, que é representativa da diversidade, da pluralidade do pensamento nesta Cidade, da pluralidade da representação política consagrada nas urnas. Nós não vamos admitir. Nós temos certeza de que aqui tem história suficiente, homens e mulheres responsáveis, sérios e democráticos o suficiente para construir, de forma dialogada, um acordo que todos nós possamos honrar, votar e celebrar como um acordo que dignifica a história desta Casa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...história de Vereadores cassados que tiveram mandatos restituídos, Prof. Alex, do PSOL, cuja bancada aumenta, que tiveram mandatos recompostos, que lutaram bravamente contra a ditadura militar. Casa esta que é protagonista, sim, antes da Assembleia Legislativa, Ver. Adeli, Ver. Comassetto, da democracia plena, do reconhecimento da vontade do cidadão, da capacidade de traduzir, nas suas gestões, nos espaços de liderança, nos espaços de comissão, a vontade da população. No Brasil, a vontade da população foi desrespeitada. Ela elegeu com voto, e não houve consulta para impedir a Presidenta. Nesta Câmara, protagonista da democracia, nós não vamos assistir a esse filme.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, o Ver. Marcelo Sgarbossa e o Ver. Delegado Cleiton estão acompanhando a votação sobre a ADIn, em relação à Lei do 20 de Novembro, e ele solicita, então, com a compreensão dos nobres Pares, a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sugiro que aguardemos o Ver. Luciano Marcantônio retornar para ver se há acordo.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, na semana passada, nós, das três Bancadas de oposição que eu represento aqui como Líder da oposição, levantamos um conjunto de questões da municipalidade, combinamos, inclusive, com as Bancadas do PT, do PSOL e do PCdoB, levantar algumas questões do Município depois das eleições, para que ficassem bem claros, bem pontuados os problemas da Cidade. O Governo Municipal não pode concluir este mandato sem dizer para Porto Alegre quais os encaminhamentos que

tem sobre o viaduto Otávio Rocha. Quero, inclusive, instigar aqui o novo Líder do Governo, Ver. Mauro Zacher, a expor, num próximo período, o projeto que a SMOV contratou, que está pronto, que já tem condições plenas de ser apresentado para nós. Não deixar, portanto, concluir qualquer mandato, porque tem que ficar claro que já existe um projeto; portanto, não precisa ser pensado um novo projeto, a não ser que ele confronte a Cidade – espero que não; pelo que eu conheço, não. Pelo contrário, queremos debater, como já disse anteriormente aqui, em outra fala, que nós não vamos fazer oposição por oposição; a nossa oposição será clara, contundente, em cima de questões bem fáticas. Nós nos queixamos sobre a situação do Centro da Cidade, dos moradores de rua tomando conta do Viaduto Otávio Rocha, dos vendedores de hortifrutigranjeiros em geral no Centro. Hoje, finalmente, depois de muitas e muitas demandas, nós vimos uma ação concreta da SMIC com a Guarda Municipal. E queria aqui falar diretamente àqueles que são da bancada de sustentação dos partidos do Governo do Estado: por que razão, no dia 26 de outubro, fez um ano que nós não tivemos mais a contratualização da Prefeitura com o Governo do Estado para cedência de policiais para acompanhar a SMIC? A SMIC ficou praticamente um ano na inércia, acabou não podendo agir, porque não havia segurança. Eu não culpo os servidores, muito pelo contrário, acho os servidores da SMIC, em especial os seus agentes de fiscalização, por demais corajosos, praticamente, pude trabalhar com todos que estão ali em 2003 e 2004. Portanto, a pergunta é a seguinte: podemos confiar que haverá continuidade desse tipo de fiscalização, agora, com ajuda da Guarda Municipal? Mas não podemos esquecer que, inclusive, há uma demanda para mais guardas municipais, porque muitos se aposentaram no último período e outros tantos vão se aposentar muito em breve. Há, inclusive, algumas escolas a descoberto. Claro que alguns dos guardas que estão fazendo esse aporte são guardas com treinamento específico, mais para esse tipo de ação. Portanto, a pergunta é: haverá encaminhamento, para o próximo Governo, de abertura de um concurso público para a Guarda Municipal? Essas são questões muito importantes, porque se nós tivermos um trabalho efetivo da Guarda Municipal com os agentes de trânsito, porque hoje não existe... O Centro é um caos, eu vejo os agentes de trânsito da Prefeitura, chamados de azuizinhos, fazendo fiscalização pontual, sobre automóveis, se estacionou mal, se fez isso, fez isso. Deve fazê-lo, mas eu pergunto o seguinte: quando os fiscais vão multar um transeunte? A lei é clara. Discuti há pouco com um taxista que

veio para cá, porque eu vim de táxi. Está no Código de Trânsito Brasileiro. Eu pedi uma reunião esta semana com Diretores da EPTC para tratar da fiscalização do transporte coletivo, pois não existe mais fiscalização nos ônibus. Por isso, os ônibus andam atrasado, cheios e lotados. Essas são algumas questões que eu aponto. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Engº Comassetto, que solicita a alteração da ordem dos trabalhos, passando o período de Grande Expediente para o final da Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(15h14min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos à discussão do PLCL nº 025/11 para o final da priorização.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Mauro Zacher (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 052/14 e do PLL 074/14 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 017/15 por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, a Ver.^a Sofia foi a uma audiência no Tribunal neste momento. Há três projetos, na sequência, que são de sua autoria. Portanto, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que a votação do PLL nº 067/14 e a discussão do PLCL nº 010/13 fiquem para o final da priorização.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em discussão o PLCL nº 014/13. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 014/13.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Guilherme Socias Villela; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pela TVCâmara e público das galerias, este projeto é de 2013 ainda, foi um dos temas a que, logo que cheguei nesta Casa, quis me dedicar, que é Laudo de Proteção e Inspeção Predial. A Ver.^a Sofia apresentou um projeto de lei, e nós ficamos, por um largo e longo período, trabalhando num substitutivo; nessa matéria trabalhei muito também enquanto Secretário Municipal de Obras e Viação. No final da gestão de 2012, o Prefeito Fortunati apresentou alguns decretos municipais da SMOV, regulando essa matéria de inspeção predial, que veio muito à tona logo após aqueles incidentes em Capão da Canoa, principalmente. Na verdade, os prédios são aprovados, construídos, passam por uma vistoria, Ver. Dr. Goulart, Ver. Paulo Brum, que dá as condições de habitabilidade para aquelas edificações, mas, ao longo do tempo, nenhuma vistoria mais é feita, e, às vezes, algumas alterações, sem as devidas aprovações, são executadas e colocam em risco a vida dos usuários desses prédios.

Logicamente que não é para todas as edificações, as residências unifamiliares não terão essa obrigatoriedade. Então, nós apresentamos o substitutivo e, também, conversando com a Secretaria Municipal de Urbanismo, hoje, a Secretaria que trata da matéria e a regula no Executivo Municipal, nós fizemos a emenda nº 03 ao substitutivo nº 01, porque o projeto levou tanto tempo para tramitar, Ver.^a Sofia, que, na verdade, ficou até um tanto desatualizado. Existiam algumas coisas que nós havíamos previsto no nosso Substitutivo e que o próprio Executivo já havia trabalhado. Então, a emenda nº 03 ao substitutivo nº 01 regula esta correção. Eu gostaria que os Vereadores, nesta tarde, pudessem nos auxiliar na aprovação desta medida, que, com certeza, é uma medida preventiva, que vem agregar muito na questão da segurança das nossas edificações existentes, principalmente daquelas que recebem público, daquelas que têm atividades em que há uma circulação de público. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 014/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a proposição ora em exame se encontra na Ordem do Dia desde agosto do corrente ano. Em agosto, teve aprovada pelo plenário da Casa a sua prorrogação ou dilatação, como queiram, por duas ou três sessões. Agora chega para votação acompanhada, como já era na ocasião, do exaustivo trabalho feito pelo Ver. Cassio Trogildo, que nos apresenta um substitutivo com grande rigor técnico e, sobretudo, demonstrando que houve um assessoramento do proponente da maior e da melhor qualidade.

Obviamente que um projeto dessa envergadura, que tem inclusive 15 artigos, merece um estudo aprofundado, e eu acredito que, durante todo esse período em que ele esteve em exame, esse estudo tenha sido realizado. A nossa assessoria, ao longo desse tempo, concluiu que a emenda substitutiva à proposta do nosso Presidente da Casa merece o nosso apoio e deve ser, conseqüentemente, por nós, aprovada, na medida em que, como já disse anteriormente, resulta de um estudo técnico aprofundado e sem nenhum demérito da proposta original, que buscava o atendimento de uma lacuna na legislação vigente a preencher este substitutivo com mais profundidade e, sobretudo, com mais

consequências práticas, dita a sorte que merece a nossa aprovação, ao longo da votação que, por certo, ainda no dia de hoje, haverá de acontecer. Por isso, Sr. Presidente, antecipando o nosso voto, estamos na tribuna sustentando e postulando a aprovação da presente emenda substitutiva como sendo aquela que melhor e mais objetivamente responde pelos objetivos valiosos que foram sustentados desde a proposta originária, quando fala que é uma revisão periódica e geral de uma edificação, em que o técnico verifica e avalia diversas características, elaborando um laudo técnico da edificação, inovando aspectos de segurança e estabilidade estrutural e geral, elementos de fachada e espaços de uso público, impermeabilização das coberturas, instalações primárias hidráulicas e elétricas e de combate a incêndio, incluindo extintores, elevadores, ar condicionado, gases e caldeiras, revestimentos internos e externos de manutenção da fonte geral. Isso, Sr. Presidente, dentro de um processo de lei complementar, é uma sustentação antecipada que, obviamente, com a adequação promovida pela emenda substitutiva, ao nosso juízo, merece a aprovação da Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLCL nº 014/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, este projeto de lei que estamos tratando aqui, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, com substitutivo do Ver. Cassio Trogildo, é um dos grandes temas, Ver. Mauro Zacher - vez que esteve na SMOV como Secretário -, que tem gargalo de entendimento e de acompanhamento na Cidade, que é o Código de Edificações. E aqui eu faço uma referência também ao Ver. Bernardino Vendruscolo, que, ao longo desses doze anos com mandato, trouxe fotos dos prédios inacabados e salientou a necessidade da fiscalização, da atualização dos projetos e da conclusão das obras. Há prédios na cidade de Porto Alegre que iniciaram há muito tempo, e o mais famoso deles é o chamado Esqueletão, ali na Av. Otávio Rocha, na Galeria XV de Novembro, que tem idade superior a de muitos de nós aqui, inclusive à minha, Ver. Prof. Alex Fraga, pois ele foi construído em 1956, e ele está até hoje ali na paisagem da Cidade como um prédio inacabado e com um grau de dificuldade para que seja feita a sua finalização, inclusive com ações do Ministério Público

contra a Prefeitura; da Prefeitura contra os proprietários; o prédio foi ocupado, etc. Há um conjunto de dificuldades para tratar do tema do Código de Edificações.

E o substitutivo apresentado aqui pelo Ver. Cassio Trogildo traz um conjunto de regras que deve ser seguido e que atualiza o Código de Edificações. Como ele mesmo disse, o tempo já passou e há alguns itens que já necessitam novamente ser reorganizados. Mas o que eu quero dizer aqui sobre isso, Ver.^a Sofia Cavedon e Ver. Kevin Krieger, que coordenou a equipe do Prefeito vencedor, é que este é um dos temas em que o Executivo tem dívida permanente com a Cidade, Prefeito Villela. O senhor, que foi Prefeito, sabe que a Cidade é um ser vivo e, se as leis ficarem duras e mortas, acabam engessando a Cidade e ela acaba indo para a irregularidade. Em Porto Alegre nós temos ainda 750 vilas irregulares; em Porto Alegre nós temos mais de 50% das suas habitações irregulares, e isso traz um prejuízo para a qualidade da Cidade e traz um prejuízo para a arrecadação, inclusive, tributária. Um dos instrumentos que leva a necessidade de ter agilidade, chama-se Código de Edificações. Então, a proposta aqui apresentada no projeto original e no substitutivo, traz um conjunto de mecanismos que tem a pretensão de agilizar as vistorias, que tem a pretensão de dar transparência, que tem a pretensão de dar vida à Cidade, e é um dos passos em direção à regularização dos prédios existentes. Essa é uma das dificuldades que a Cidade tem e nós estamos aqui trazendo não só o apoio pela aprovação do projeto como do seu substitutivo, mas pela implementação imediata. Nós temos um conjunto de dificuldades na Cidade. Nós aprovamos aqui três Comissões para aprovar projetos, que são a Cauge, CTAAPS e a Caadhap, mas até hoje elas não conseguiram ser implantadas e implementadas conforme a lei aprovada, e os projetos continuam com a dificuldade de aprovação. Portanto, Ver.^a Sofia Cavedon e Ver. Cassio Trogildo, têm o nosso apoio para aprovação do projeto, para que a Cidade possa ter agilidade na regularização e na fiscalização das obras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o PLCL nº 014/13.
(Pausa.)

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.)
(Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 014/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Vereadores e Vereadoras; senhoras e senhores, esta é uma construção, Ver. Adeli, Ver. Comassetto, que vim aqui encaminhar em nome da nossa Bancada, para render homenagens ao ex-Vereador Carlos Todeschini, que foi o primeiro Vereador a apresentar alternativa ou regra para a vistoria dos prédios da nossa Capital, preocupado com a segurança dos cidadãos e cidadãs. Quero dizer, Ver. Cassio, que veio da experiência do Executivo, na área da SMOV, trazendo contribuições, atualizando o debate que havia na Cidade. Eu havia reapresentado e não, simplesmente, desarquivado, porque o próprio Ver. Todeschini trazia alternativas de simplificação. Canoas está aplicando tais alternativas de simplificação, onde ele é Secretário de Obras. E cada vez se mostra mais necessária que haja uma sistemática de fiscalização dos prédios conforme a sua idade e com um responsável da Prefeitura nesse sentido. Nós vimos ainda, neste ano, a queda de uma marquise na cidade de Porto Alegre, com mortes, ficamos todos assustados, surpreendidos. Sabemos que não é fácil, não será fácil nos anteciparmos aos problemas, mas a criação da certificação de inspeção predial traz um instrumento, inclusive, preventivo, Ver. Cassio, para a cidade de Porto Alegre. O cidadão e a cidadã que entenderem, que acharem, que é preciso que determinado prédio seja vistoriado, poderá provocar a Prefeitura nesse sentido, poderá solicitar ao seu condomínio que seja feita a inspeção predial, a partir de uma regra a ser testada, a ser experimentada pela Prefeitura de Porto Alegre. O que nós não podemos mais é assistir situações como a que nós vimos, como a queda da marquise, e enquanto Câmara de Vereadores, enquanto municipalidade, não haver uma regra, uma obrigatoriedade dessa certificação. De outro lado, quero aproveitar e dizer que nós vamos trabalhar, como sempre trabalhamos, com o diálogo quando os projetos interessarem à cidade de Porto Alegre, independentemente das bancadas. Temos um Governo novo assumindo a cidade de Porto Alegre, encerra-se um ciclo e, sobre esse ciclo, nós sempre afirmamos que o Governo que sabe ouvir, Ver. Airto Ferronato, as minorias, a oposição, é o Governo que menos erra. Nosso entendimento, aos senhores e senhoras desta Câmara, é que, nesses 12 anos, uma ampla maioria formada na base do Governo Fortunati e Melo faz com que a cidade de Porto Alegre esteja chegando num momento dramático das suas finanças, com obras inacabadas ou mal-acabadas na Cidade; um momento dramático de dívidas com a

população da periferia da Cidade em relação a obras de saneamento básico, especialmente. Portanto, essa postura que tivemos - eu, o Ver. Todeschini, com o Ver. Cassio, que é Presidente e que é da base do Governo - é uma postura muito mais produtiva para a Cidade do que uma postura de patola, de maioria pura e simples, aplicada na Cidade, de arquivamento, de veto a projetos da oposição que venham a contribuir com a cidade de Porto Alegre. Eu falo isso, porque, se esta Câmara não cultiva essa tradição, não aprofunda essa tradição, não ajudará o novo Governo a acertar o passo. O Governo que deixa - e eu li uma manchete fora daqui, neste fim de semana -, o Fortunati, ao receber Marchezan, fala que poderá chegar ao parcelamento de salário. Imaginem, os senhores e as senhoras, nós vivermos numa situação enquanto Câmara, de convivência com o funcionalismo municipal, que está com parcelamento de salário; que não está com a previdência honrada, porque o depósito da previdência não foi feito ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... e não faltaram, nesse sentido, contribuições, Ver. Engº Comassetto, da nossa Bancada, muitas contribuições - votos contrários da oposição, não da nossa Bancada, Ver.^a Fernanda, à criação de novos cargos, de novas Secretarias, de novas gratificações, que, sim, deterioraram, degradaram as finanças públicas na cidade de Porto Alegre. Portanto, este projeto, com o qual votaremos conjuntamente, situação e oposição, é exemplar de uma política que tem que preponderar nesta Casa, e não a política que nós estamos terminando, cujo ciclo nós estamos terminando, da imposição de uma maioria sobre a minoria, na maioria dos temas. É essa a democracia da pluralidade e da proporcionalidade que nós esperamos que seja respeitada e que seja a tônica deste Parlamento no próximo período.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon.

Em votação a Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 014/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 014/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 03 ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 014/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com abstenção dos Vereadores Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga.

Em votação o Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 014/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, em consequência, o projeto fica prejudicado.

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 125/12 por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 185/11 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Mauro Zacher (Requerimento): Solicito alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos a discussão do PLCE nº 016/15 para o final da priorização.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO**.

O Sr. Waldir Canal (Requerimento): Solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que passemos, imediatamente, à discussão do PLL nº 280/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Waldir Canal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que passemos, logo após a discussão do PLL nº 280/15, à votação do Requerimento nº 096/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Ver. Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 280/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 096/16. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 096/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, por que solicito a esta Casa que nos manifestemos dessa maneira, Ver.^a Jussara Cony? Todos nós estamos assistindo a um momento grave neste País, temos mais de mil escolas ocupadas neste momento por estudantes, algumas escolas sendo desocupadas de forma violenta pelas polícias dos Estados, e a pauta dos estudantes ainda não foi ouvida. E qual é a pauta dos estudantes? A pauta dos estudantes é que a mudança do seu currículo, da sua escola, da sua formação seja discutida, Ver. Janta, com as comunidades escolares, com as entidades de classe. Eu aqui acho que a nossa Câmara nunca se eximiu de pautar os temas que impactam aos nossos alunos, mesmo sendo medidas nacionais. Peço a V. Exas. o apoio para repudiarmos a reforma por medida provisória. Mudar o currículo, na dimensão do que está proposto, por medida provisória se assemelha à instalação, neste País, de um novo AI5, uma supressão da gestão democrática; da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira; do Plano Nacional de Educação, votado no Congresso Nacional, por uma assinatura, pela caneta de um Presidente que acha que vai ser o salvador da pátria. E nós sabemos, Ver. Zacher, que já foi Secretário da Juventude, que

não se muda escola sem um processo dialogado e maturado, sem um debate profundo com os educadores, com a juventude, porque, em especial, nós estamos tratando do Ensino Médio, Ver.^a Fernanda e Ver. Prof. Alex, no qual os jovens são protagonistas da sua história, da sua formação. Portanto, eu queria me deter na medida provisória: se fosse projeto de lei, debater com a comunidade, nova conferência de educação, está bem, vamos para o diálogo ver o resultado, mas a pura e simples decretação de que mudou e agora é assim, não é mais assado - não dá para aceitar! Não no Brasil da democracia. E o que faz a medida provisória? Ela, refiro-me em homenagem ao Ver. Professor Garcia, torna a educação física opcional! A educação física não fará parte do currículo do Ensino Médio, assim como artes e filosofia, que serão opcionais; se o aluno quiser fazer ele faz; se não quiser, não faz. Nesse mesmo tema está o espanhol, nós teremos uma única segunda língua no País, que será o inglês. A luta pela unificação dos povos da América Latina por meio da língua foi suprimida por medida provisória.

Então, a nossa Moção se opõe a esse jeito acelerado, sem discussão, que suprime todo o debate da gestão democrática do País, que transforma a escola do Ensino Médio. Traz outros elementos que são complicados, por exemplo, torna obrigatório o turno integral. Obrigatório para a juventude, vocês imaginem, Ver. Adeli, nós temos mais de dois milhões de jovens que sequer foram à escola. Não foram à escola porque estão no trabalho; eles não têm como frequentar turno integral, porque trabalham num turno. Eles, com 14, 15 anos, foram ganhar a vida, ajudar a família, sobreviver, e nós não conseguimos, mesmo sendo este o primeiro ano de Ensino Médio obrigatório – 2016, até os 17 anos, dos 4 aos 17 é obrigatório o ensino –, buscar esses 2 milhões de jovens. Sem uma leitura do que demanda esse jovem trabalhador, sem uma proposta alternativa dialogada com ele, nós não vamos buscá-lo, nós vamos excluir mais jovens. Se eles tiverem que estar em turno integral obrigatoriamente, terão que abandonar o trabalho. Ninguém quer trabalho precoce, mas nós não podemos desconhecer que, neste País, as famílias que vivem com salário mínimo precisam que os seus jovens trabalhem. São mudanças que não foram dialogadas. O Congresso Nacional já está sinalizando ao novo Governo que quer tocar os projetos de lei que estão no Congresso, quer dialogar com as entidades nacionais da educação, e eu peço que esta Casa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento nº 096/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário do Ver. Reginaldo Pujol. Em discussão o PLL nº 350/13. (Pausa.)

O Sr. Mauro Zacher (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 350/13 e do PLCL nº 011/13, por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

O Sr. Mauro Zacher (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 013/14, por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 054/13, passar à discussão e votação do PLL nº 279/13. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 054/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 054/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 054/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com abstenção do Ver. Reginaldo Pujol.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e a todas, nós estamos aqui discutindo a emenda que fizemos. Gostaríamos que o Governo tivesse feito esta emenda ou algum Vereador para tentar melhorar o projeto. Gostaria que as fotos fossem colocadas para os Vereadores que eventualmente não estavam no plenário naquele momento. Nós estamos aqui tratando de deixar a Av. Edvaldo Pereira Paiva – mais conhecida como Av. Beira Rio – de forma definitiva, do ponto de vista legal, aberta às pessoas, é disso que estamos tratando. Nós temos hoje essa situação, essa foto foi feita aqui em frente ao Parque Marinha do Brasil, ali na frente da pista de esquite, e milhares de pessoas estão aproveitando esse espaço de lazer nos sábados, domingos e feriados. É importante trazer aqui novamente a história, isso já havia acontecido, desde 1989, quando o então Prefeito Olívio Dutra determinou, por decreto, esse espaço para lazer – naquele período obviamente não era duplicada a Av. Beira Rio; depois, em 2012, o Prefeito Fortunati, também através de um decreto, limitou esse espaço de lazer apenas do Gasômetro até a rótula das cuias, como se chama. Acontece que nesse momento, e acreditamos que em razão das obras da orla do Guaíba, a Prefeitura resolveu, então, fechar toda a Av. Beira Rio. O nosso projeto foi protocolado em 2013, mais precisamente em agosto de 2013, portanto não tínhamos a previsão... O Ver. Cecchim costuma brincar, dizendo que nós copiamos projetos da Prefeitura; neste caso, a Prefeitura está, mais uma vez, copiando uma ideia nossa. E neste momento, a Av. Beira Rio está totalmente fechada apenas de um lado, e é disso que trata a emenda. Nós fizemos a emenda justamente para limitar o trânsito de veículos apenas no sentido Centro/Bairro, portanto nós estamos deixando o projeto de forma idêntica ao que hoje temos e que as pessoas estão em plena fruição.

Também queria fazer um outro comentário, porque ouvi da tribuna alguns Vereadores dizendo: “Mas isso já está assim, então, se já está assim, nós não precisamos fazer através de lei”. Se vocês olharem a fundamentação dos decretos, seja do então Prefeito

Olívio Dutra, que falava em devolver esse espaço às pessoas; seja o decreto do Prefeito Fortunati, que limitava, portanto, voltava a abrir para fluxo de veículos, para facilitar o trânsito de veículos. Agora, no final do ano passado, em novembro, um novo decreto dizendo que, diante da quantidade enorme de eventos e da necessidade de abrir mais espaços de lazer, determinava o fechamento do Av. Beira Rio, em toda a sua extensão. Vejam que, comparando o decreto do Prefeito Fortunati de 2012 com o de novembro de 2015, temos uma espécie de imprecisão ou de titubeio, eu diria assim, que ora fecha para escoar, privilegiando o fluxo de veículos, ora reconhece que há poucos espaços de lazer na Cidade; portanto, amplia o espaço para as pessoas. Como resolveremos isso? Resolveremos através da aprovação desta lei que estamos propondo.

O último argumento que ouvi da tribuna não tem como sobreviver a uma mera leitura do §3º, do art. 1º, da nossa proposta: “A EPTC, com cautelas pertinentes, poderá suspender o fechamento da avenida, no todo ou em parte, para atender ocorrências de acidentes, por interesse público, para permitir acesso local, ou como medida de escoamento de trânsito em eventos populares, culturais, religiosos, esportivos ou políticos”. Portanto, qualquer argumento que venha dizer que haverá um engessamento, justamente a lei está dando total autonomia e discricionariedade para a Prefeitura gerenciar o trânsito em situações excepcionais, mas ficaria, como regra, devolvido para as pessoas esse espaço. Portanto, a emenda que estamos analisando limita esse fechamento do trânsito apenas no sentido Centro/Bairro; ficando idêntico ao que hoje temos e que a população desfruta com tanto proveito. Então, peço a aprovação dos Pares. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Vereadores e Vereadoras, estamos discutindo a emenda destacada permitindo o fechamento, por lei, de uma grande avenida da nossa Cidade.

Vereador Sgarbossa, estive falando com o nosso futuro colega, Vereador eleito, Ricardo Gomes, e ele disse que foi seu colega na faculdade de Direito, e elogiou muito a sua

inteligência. Então o senhor tenha a certeza de que tem um admirador no seu colega de aula, o qual será nosso colega no próximo ano.

Agora, V. Exa., inteligente, advogado, apresenta uma lei frontalmente inconstitucional, com pareceres junto ao processo, e o senhor insiste, mesmo sendo um advogado inteligentíssimo.

Agora, por que nos fazer perder tempo com um projeto inconstitucional, ilegal, que V. Exa. bem sabe? Eu recebi correspondência de vários moradores de Ipanema, dizendo assim: "Vereador, é um absurdo querer fechar uma rua por lei - por lei!" O Ver. Bosco esteve me falando que quando ele foi Secretário da Copa, ele pedia para a EPTC, argumentava e fechava, sem nenhum problema. Agora, engessar, por lei? Vereador, desculpe, mas estamos perdendo o nosso tempo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Ver. Sgarbossa, V. Exa. deve ter observado que eu, como Relator, relatei contrariamente ao seu projeto, ainda que ele tenha méritos. Vereador e demais colegas, tenho entendimento de que esta é a típica ação do Executivo, esta é uma ação de Governo: abrir e fechar ruas em feriados ou não. Imagina se nós, Vereadores, começarmos a legislar sobre esse assunto? As questões de conflito, Ver. Reginaldo Pujol, com os Governos, com certeza, irão acontecer. Eu gostaria também de lembrá-los – os senhores e as senhoras seguidamente vêm a esta tribuna e dizem, e eu discordo – de que Porto Alegre é a Capital internacional da participação popular. Parece que aqui surgiu a democracia, parece que aqui surgiu a participação do povo. É um grande equívoco. Os governos deveriam fazer uma pesquisa com a sociedade, por óbvio que não podem ir ali no sábado, no domingo perguntar para aquelas pessoas se concordam em permanecer com aquela rua, com aquela avenida... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu imagino que nós poderíamos fazer um convite ao Governo - e não

quero falar deste Governo, é que os outros também não faziam -, de uma consulta popular para buscar na sociedade o sentimento ou a vontade de fazer algumas ações. Esta me parece que serviria para esta consulta. E, Ver. Cecchim, volto a dizer: nós Vereadores, esta Casa Legislativa, não pode se adonar das ações de Governo. Agora, o que nós podemos fazer – e aí não precisa ser através de leis, nós temos, inclusive, aqui, um instrumento, que é a indicação, de forma oficial, levando o sentimento da Casa, dos Vereadores, para que o Executivo, considerando a vontade desta Casa, avalie as ações. Então, Ver. Sgarbossa, ainda que a sua proposta tenha mérito, nós precisamos observar que existem ações que são típicas de Governo, e esta me parece que é uma delas. E volto a dizer: dizem que aqui é o lugar onde se faz consulta popular e todos participam. Não é verdade. A começar pelo tal de Orçamento Participativo, que podia fazer consultas *online* e não faz. Quem quer participar, tem que se sujeitar a essas maratonas aí, participando de reuniões até tarde da noite. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Marcelo, autor deste projeto, eu quero dizer o seguinte: para fechar qualquer rua em Porto Alegre – qualquer rua –, para se fazer qualquer evento esportivo ou cultural, não precisa de lei. Aliás, Ver. Bernardino, não precisa nem de consulta popular. Precisa ter só um computador e fazer um ofício para a EPTC. Eu fui Secretário de Esportes, fizemos dezenas e dezenas e dezenas de eventos esportivos nas ruas de Porto Alegre, e nunca se precisou ter lei, nem quando o Bertotto estava na EPTC, nem quando o Tulio Zamin estava na EPTC, nem quando o Senna estava na EPTC e nem agora com o Cappellari. Basta pedir à EPTC. Inclusive, nós fizemos um projeto, eu, como Secretário, junto com a EPTC, para que os ciclistas, à noite, pudessem treinar na Av. Beira-Rio, que era trancada das 20h às 22h. Inclusive, fizemos um convênio com a EPTC que colocava os “azuizinhos” lá e a Brigada Militar para fazer policiamento. Por que isso? Porque quando não se oficializava esse pedido, os ciclistas eram assaltados e tinham suas bicicletas roubadas, bicicletas que custam muito caro. Então não vou nem entrar no mérito deste

projeto do Ver. Marcelo. Não precisa de lei, apenas notificar a EPTC. É provável que não precise nem de ofício, basta ligar para a EPTC e comunicar. Nós realizamos isso dezenas de vezes, não só nos finais de semana. Esse projeto era para que os ciclistas treinassem à noite, das 20h às 22h. Então, fazer uma lei para fechar e engessar uma rua - pelo amor de Deus! E aí o Ver. Marcelo vem aqui e diz que a Prefeitura copia os projetos dele. Eu não estou entendendo mais nada. O que eu sei é que a EPTC pensa, às vezes, em alguns projetos, e esses projetos, misteriosamente, aparecem aqui na Câmara. Isso eu sei. Então, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Sr. Presidente, eu voto contrariamente e convoco os Vereadores e as Vereadoras para que façam o mesmo. Nós não precisamos de lei para fechar ruas. Está certo sempre o Ver. João Dib, quando diz que nós temos é que cumprir as leis que já existem, pois não precisamos de leis banais como esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu subscrevo tudo o que foi dito pelo Ver. Bosco e pelo Ver. Bernardino a respeito desse tema e aduzo pouca coisa. Eu imagino, Ver. Bernardino Vendruscolo, o que ocorreria nos últimos dias, em que, por razões que todos conhecem, tem sido grande a afluência de público ao Estádio Beira-Rio, inclusive utilizando as duas grandes vias de acesso àquele local, que são a Av. Borges de Medeiros e a Av. Edvaldo Pereira Paiva. O que ocorreria? Qual o congestionamento que haveria na base da Av. Borges de Medeiros? É um contrassenso geral. Acho que o Ver. João Bosco, com a autoridade de quem foi Secretário da Copa, que, em 2014, fez o Caminho do Gol, quando, num momento excepcional, se justificava a interrupção plena, nenhum veículo acessava àquele local a partir de determinado horário. Isso, obviamente dentro de um planejamento, é plenamente correto para que ocorra; diferente é se obrigar, aos feriados, sábados e domingos, essa intromissão pretendida.

A emenda que nós estamos votando agora busca amenizar esse fato, até porque em 2013, quando foi feita essa lei, não existia a segunda pista da avenida que está sendo

objeto desta lei, da Av. Edvaldo Pereira Paiva. Esse projeto está desde 2013 aqui na Casa, tem os mais diversos pareceres contrários, está mais do que na hora de que se vote contrariamente. E, se eu vou votar contrariamente ao projeto, eu não vou ser fariseu e votar a favor da emenda, porque quem não quer que o projeto vigore não pode votar a favor da emenda. A emenda só vai ter sentido se o projeto for aprovado. Como eu vou votar depois pela rejeição do projeto, Ver. Cláudio Janta, eu já voto contra a emenda por consequência e por ordem lógica das coisas. Era isso, Sr. Presidente, tão somente isso! (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela, que tão bem preside esta Sessão e muitas outras; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Bernardino, acho que era até desnecessário vir a esta tribuna e falar aquilo que V. Exa., que o Ver. João Bosco falaram. Com outras palavras, eu também acho desnecessário fazer lei onde já existe a tradição, onde já existe o costume, onde já existe a determinação, onde nunca se precisou pedir... Às vezes, com um telefonema só, se pedia ao Capellari trancar a avenida. Há quantos anos se faz isso, Ver. João Bosco Vaz?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Há muito, desde a época do Bertotto, falaste bem, do Túlio, dessa turma toda. Então não era necessário e não é necessário. Eu acho que o meu quase conterrâneo, Ver. Sgarbossa, tem boas intenções, mas não é necessário fazer lei. Eu sempre acho que esse negócio de querer fazer uma coisa, e, aliás, muitas vezes, aqui na Câmara, alguns desavisados fazem outro projeto igual em cima. E isso não é necessário.

Ver. Bernardino, o senhor disse que parece que o PT inventou a democracia. O senhor não sabia que o pessoal da Grécia era do PT? Foi lá, foram eles que criaram a democracia lá na Grécia. A polis, foram eles, foram eles que fizeram aquela reunião na praça. Então não me surpreende que ele também queira ser o inventor de trancar a Beira

Rio. Acho que isso é de boa intenção do Ver. Marcelo, mas não é de bom alvitre nós fazermos leis para isso, quando um simples telefonema, um simples pedido, uma entidade pedindo para fazer a corrida da vida, ou seja qual for, sempre foi atendida. Não há necessidade de fazer uma lei para isso, só para botar o seu nome: sou autor desta lei. Não, o autor disso chama-se povo de Porto Alegre, que exigiu e ganhou a liberdade de circular pela Av. Beira Rio durante os fins de semana, e vão continuar fazendo isso sem lei, não necessidade.

Vou votar contra esse projeto porque acho desnecessário, inoportuno e sobressalente. Não há necessidade, por isso vamos votar não a esse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação nominal, solicita pelo Ver. João Bosco Vaz, a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 279/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação o PLL nº 279/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 279/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Não costumo usar tanto a tribuna, mas não posso deixar de colocar aqui a contradição do Executivo, que sobe aqui através dos seus representantes, levantando inúmeros argumentos, mas omite a questão central. E a questão central é manter aquele espaço da Av. Beira Rio vinculado à fruição das pessoas e não, ao trânsito de veículos nos sábados, domingos e feriados. O Ver. João Bosco usa um adjetivo muito perigoso. Somos amigos, mas, o senhor retire a palavra “banal”. O senhor retira? Muito bem, é da sua grandeza. Claro que, às vezes, aqui na tribuna, a gente se empolga um pouco e fala alguns adjetivos. O senhor retira a expressão “banal” e eu aceito de bom grado.

Eu estava me referindo aqui em relação a um copiar os projetos do outro, uma brincadeira que o Ver. Idenir Cecchim costuma fazer, porque, efetivamente, fizemos vários projetos que depois foram copiados, não posso dizer diferente, como transporte de animais em ônibus, fundo do Plano Diretor Cicloviário e outros projetos que nós fizemos. Vamos, no Executivo, pedir apoio, tentar construir juntos e depois aporta, nesta Casa, projeto idêntico. Foi assim com os parklets, por exemplo – mais um projeto que lembrei agora.

Eu queria comparar aqui dois decretos do próprio Prefeito Fortunati; então, há uma espécie, me perdoem o exagero da palavra, de esquizofrenia em relação à Av. Beira Rio. Talvez um projeto de lei resolva isso. Lá, em 2012, o Prefeito Fortunati – Ver. Bernardino, gostaria que o senhor prestasse atenção – deixou a Av. Beira Rio fechada tão somente... Ela era toda fechada por um decreto do, então, Prefeito Olívio Dutra. E o Prefeito Fortunati determina que o fechamento da Av. Beira Rio ficaria restrito do Gasômetro à Rótula das Cuias. Quais foram os motivos que o Prefeito Fortunati alegou (Lê.): (...) Aumento considerável da frota de veículos, elevado número de eventos com grande concentração de público que ocorre no entorno da Av. Edvaldo Pereira Paiva, diversos transtornos e prejuízos à circulação de veículos e de pedestres devido ao bloqueio da Av. Edvaldo Pereira Paiva no trecho compreendido entre a Av. Aureliano e a Av. Ipiranga, e considerando os requisitos para a manutenção da segurança e da fluidez do trânsito nesta importante via de ligação do Centro com a Zona Sul da Capital”.

Vejam, um dos considerandos para diminuir o espaço de lazer das pessoas foi, justamente, a fluidez dos veículos automotores, a fluidez dos veículos automotores acima da fruição das pessoas daquele espaço. E, no decreto de novembro de 2015, que, então, determina novamente o fechamento de toda a Av. Beira Rio, utiliza dois motivos (Lê.): “(...) considerando o elevado número de eventos com grande concentração de público que ocorrem no entorno da Av. Edvaldo Pereira Paiva; e considerando a necessidade de ampliação da área de lazer para a população de Porto Alegre...”. Então, eu diria ao Sr. Prefeito: O senhor se decida! Ora limita o espaço das pessoas para a fluidez dos veículos, ora volta a abrir para ter mais áreas de lazer. Aqui, inclusive, coloca nos dois o mesmo considerando: decreto do ano passado, 2015 (Lê.): “Considerando o elevado número de eventos com grande concentração de público que ocorrem no entorno da Av. Edvaldo Pereira Paiva”, e é a mesma fundamentação, uma delas, no decreto de 2012 (Lê.): “Considerando o elevado número de eventos com grande concentração de público que ocorrem no entorno da Av. Edvaldo Pereira Paiva...”. Quer dizer, o mesmo fundamento é usado ora para fechar, ora para abrir. Realmente, como dizem, a política não é para amadores. O Prefeito utiliza a mesma fundamentação para fazer dois atos diferentes, um ao contrário do outro.

Então, quando alguém sobe aqui e diz que não é por lei... O Ver. Bosco colocou aqui que é fácil, é só pedir para a EPTC e ela fecha a rua. Talvez ele tenha organizado eventos

enquanto Secretário; enquanto cidadão comum, você tem que pedir, a EPTC, ao invés de autorizar, demora dias, isso sufoca, tira o prazo de quem está organizando o evento, então não é tão tranquilo assim como diz o Ver. Bosco.

Mais uma vez peço o apoio dos Pares para manter, nada mais, nada menos, do que a Av. Beira Rio como está hoje. Esse é o mérito do nosso projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, o PLL nº 279/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 6 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

(O Ver. Guilherme Socias Villela reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Aprego o PLE nº 026/16.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(16h50min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

A Sra. Fernanda Melchionna: Sr. Presidente, eu e meu colega, Ver. Alex Fraga, estamos entregando a V. Exa. um ofício pedindo a convocação do Secretário Municipal da Fazenda, após os últimos depoimentos, falas públicas do Prefeito Fortunati de que

havia o risco do parcelamento do salário dos servidores municipais. Isso, obviamente, na nossa opinião é inaceitável, porque os salários são sagrados. Mas de qualquer maneira, com base no art. 94, § 3º, al. a, do Regimento interno, nós estamos protocolando esse ofício.

(Procede-se á entrega do ofício.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. José Freitas.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estava observando o encaminhamento do nosso futuro Prefeito Marquezan, onde ele fala bastante nos postos até as 22h. Vi também que o meu querido colega Ver. Cláudio Janta aprovou um projeto de lei falando no posto aberto até as 22h. Esperei para ver a lei que apresentei aqui em 2003 (Lê.): “Institui o terceiro turno de assistência em Unidades Sanitárias que atendem ao Sistema Único de Saúde, SUS”. Ou seja, a lei das 22h dos postinhos já havia sido apresentada e tinha sido aprovada. Por que fizemos essa lei? Porque era necessário que, no período diferente dos turnos um e dois, que são o turno das 7h e o turno da 13h, tivesse um turno para aquelas pessoas que trabalham durante o dia e que não conseguem se ausentar para fazer consulta ou tratamento. Imaginava naquela época, e coloquei aqui no projeto, que nessas unidades sanitárias deveria ter um pediatra, um pré-natalista e ginecologista, um urologista e um médico generalista, um clínico geral. Por que falei urologista? Porque continuo dizendo aos senhores o que dizia há muito tempo: não existe pessoa que possa consultar direto com urologista neste momento: ele tem que ir para um clínico, e o clínico tem que mandar para ver se tem urologista. Ou seja, a dificuldade enorme que os homens têm de acompanhar a evolução de sua próstata. Não temos. Se quiser consultar sobre a próstata, não tem, tem que ir a um clínico, para este mandar para um hospital, que vai atender não sei em quanto tempo: demora um monte de tempo para atender. Eu imaginava que um urologista já podia atender. Então, isso tinha um motivo. Nós estamos espalhando por aí a possibilidade do câncer de próstata, que não tem onde consultar, e a demora no atendimento do câncer de mama e no câncer de colo uterino. Por isso imaginei aquelas quatro especialidades.

Depois, no decorrer do tempo, foi aprovado, isso nunca foi instituído, e o Executivo entra com essa mesma proposição, só que aumentando para os Postos de Saúde da Família também, PSF. Então, ficou a nossa lei mais o PSF; agora ficou mais a lei do Ver. Janta indicando a abertura dos postos até 22h.

Portanto, nós temos que nos reunir, vou pedir orientação da CCJ, pois o mérito é o mesmo, só que apresentado de maneira diferente. E outra coisa que podemos denunciar é que nunca houve interesse, desde 2003 até agora, de se fazer o atendimento orientado por um médico de ponta acerca do que é melhor para a população. Com isso feito, nós esvaziariamos vários hospitais que estão lotados com pessoas sentadas nos degraus, no chão, esperando uma consulta. Eu estou falando de Porto Alegre, dos nossos grandes hospitais que atendem pelo SUS, que poderiam ter mitigado essa ação um pouco antes, quando as pessoas pudessem constituir um vínculo com o médico e ser atendido por ele. Então, coloco na briga agora a orientação da CCJ e com os procuradores da Casa, para ver qual dos projetos vale, qual é o mais importante e qual vale mais, porque o mérito é o mesmo. Preciso do apoio dos Vereadores para quando chegar a hora da votação. Até as 22h é uma necessidade para a população de Porto Alegre, que não chega a nenhum lugar nunca!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ver. Guilherme Socias Villela): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão da Pauta. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Luciano Marcantônio.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, antes de mais nada, gostaria de agradecer enormemente ao Ver. Luciano Marcantônio a cedência desse tempo de Grande Expediente, porque, de fato, eu acredito que tenho uma colaboração bastante importante para a municipalidade. Eu vou discutir aqui por que a Carris está em dificuldades. Como disse, de outra feita, meu propósito é ajudar a Cidade, ajudar essa companhia, porque, como todos aqui sabem, a Companhia Carris nasceu pela iniciativa do empresário Manoel de Miranda e Castro em 1872, com autorização dada por decreto imperial. Na época, Porto Alegre tinha, aproximadamente, 44 mil habitantes. O serviço de transporte coletivo oferecido por ela iniciou-se com bondes importados dos Estados Unidos, puxados por burros, que corriam em trilhos entre o Centro e o Arraial do Menino Deus. Em 1893, surgiu uma segunda empresa na Cidade chamada Carris Urbanos Porto Alegre, que atendia à Zona Norte. Em 1906, fundem-se as duas empresas, e, em 1908, começa a circular o primeiro bonde elétrico, revolucionando o transporte na época. Em 1926, o controle acionário passou para as mãos de um grupo norte-americano. Vou repetir: em 1926, o controle acionário passou para as mãos de um grupo norte-americano. Passadas algumas décadas, exauridos pela escassez de recursos técnicos, consumidos pelo país na 2ª Guerra Mundial, seguidos prejuízos financeiros e a necessidade de grandes investimentos para atualização tecnológica fizeram com que os americanos propusessem a encampação da empresa. O Prefeito da época, Leonel Brizola, encaminhou para a Câmara de Vereadores – esta Câmara –, que aprova, em 1954, a Lei nº 10.069, que efetiva o controle acionário por parte do Município. Nos anos seguintes, outras empresas de transporte coletivo começaram a operar através de ônibus, e a própria Carris começou a desativar os bondes, terminando em definitivo esse tipo de veículo em 1970, passando a operar apenas com ônibus.

De lá para cá, a empresa passou por grandes transformações, inclusive tendo participação acionária do Governo Federal para poder expandir suas atividades. Sensível à economia nacional, foram diversos os períodos de recessão em que a empresa sofreu, mas, como sempre, a empresa Carris se ergueu, chegando ao ápice em 1999,

quando a Associação Nacional de Transportes Públicos concedeu à Companhia Carris Porto-Alegrense o prêmio de a melhor empresa de ônibus urbano do Brasil. Repetindo: em 1999, prêmio de melhor empresa de ônibus urbano do Brasil, nossa gloriosa Carris. Hoje nos deparamos com essa empresa novamente em dificuldades. A história nos ensina que nada é definitivo, devemos considerar o passado antes de se posicionar pelo simplismo da privatização da Carris. Busquemos os melhores gestores para colocar novamente a Carris nos trilhos. Busquemos os melhores gestores para colocar novamente a Carris nos trilhos – repito eu. Vamos ouvir os funcionários da empresa, os seus usuários, vamos honrar esse lindo capítulo da nossa história. Porto Alegre cresceu com a ajuda da Carris e agora precisa da nossa ajuda. E vou mostrar, agora de uma forma mais exaustiva, por que a Carris está em dificuldades, apesar de eu já ter apresenta a proposta de uma solução, em parte, para a atual crise. Estamos diante de um quadro constrangedor, como vimos. A Companhia Carris Porto-Alegrense, de centenária jornada de excelentes serviços prestados para a nossa Cidade, hoje está agoniando diante as sucessivas más gestões. A Prefeitura Municipal, a cada ano que passa, vê-se obrigada a repassar valores gigantescos e crescentes para coibir déficits, que são justificados por desculpas, para encobrir incompetência e mau uso da coisa pública. Aplicação de recursos em transporte é bom, mas não dessa forma, além disso, retira de outras áreas como a saúde, educação, etc. e tal. Tenho ouvido muitas justificativas, mas as refuto. Vejam bem, os fornecedores cobram mais caro da Carris; as compras, se for respeitada a legislação, devem ser feitas por licitação. Comprar exige planejamento de consumo e de pagamento, isso evita o desabastecimento interno da empresa, como a falta de peças e dá tranquilidade para quem fornece mercadorias e serviços. Se a Carris paga mais, é porque está planejando mal suas compras e não paga nos prazos esperados e contratados. A culpa, então, não é do sistema de licitação, mas da desorganização financeira. Uma empresa grande que paga em dia, ainda mais em tempo de dificuldades econômicas como estamos passando, atrai fornecedores de todo o País, que, inclusive, reduzirão preços para poderem vender. Isso vale para peças, serviços e até para ônibus. Fazer licitação não encarece o custo, mas, sim, a má gestão.

Concurso público. Não importa qual a profissão, mas muitas pessoas gostariam de trabalhar numa empresa pública. Quando um concurso público é bem realizado, recrutará no mercado de trabalho excelentes profissionais. Isso é um diferencial que se refletirá na

qualidade do serviço prestado para a população. Também exige planejamento e organização interna, a fim de ter-se prontamente a capacidade de contratação de trabalhadores.

Excesso com gastos de pessoal. Isso se dá pelo quadro acima do necessário. Funcionários desestimulados, sem um bom clima organizacional, que não se sentem acolhidos pela empresa, tendem a apresentar visíveis sintomas de problemas: excesso de afastamentos do trabalho, em geral por um motivos de saúde, acidentes de trânsito, redução de produtividade, reclamações dos usuários, dentre outros. O excessivo número de cargos em comissão que a empresa possui, com perfil para acomodar apadrinhados políticos, também contribui para o aumento dos custos e a desmotivação.

Isenções tarifárias. Os benefícios que as pessoas obtêm para não pagar ou pagar menor tarifa são determinantes para a fixação da tarifa, ou seja, não é a empresa operadora que arca com esse custo, mas os usuários que pagam integralmente a tarifa. Se não houvesse isenções, a tarifa seria muito menor. É errado dizer que a Carris arca com as isenções, mas, sim, todo o sistema. A tarifa é calculada com base nos custos dos itens de operação. São esses custos que aumentam, a tarifa acompanha, pois é dividido pelo número de passageiros. Além disso, existe um sistema chamado Câmara de Compensação Tarifária, que repassa semanalmente valores entre quem recebe mais para os que recebem menos receita. No final, zeram-se as contas. Se a Carris está sentindo-se lesada por tarifa incorreta, que procure o órgão municipal regulador, que é a EPTC – que integra o seu Conselho de Administração – e solicite revisão dos cálculos. É salutar revisar-se as isenções tarifárias, mas não façam disso uma desculpa para retirarem direitos de determinadas pessoas que precisam do acolhimento da sociedade, e nem encubram administrações incompetentes.

Linhas deficitárias. Novamente vemos uma falsa polêmica. Perguntem para outras operadoras se elas não gostariam de operar as linhas da Carris. São excelentes linhas, em especial as transversais, que podem ser ampliadas, dando alternativa de deslocamento aos usuários. Todas as linhas, como as circulares do Centro, são consideradas no cálculo tarifário.

Dívidas com a renovação da frota. Estamos diante da confissão do mau gerenciamento que a empresa sofre nos últimos anos. Por que ocorreu esse endividamento? Por que não se planejou a renovação da frota e a capacidade de pagamento? Quando não existe

organização, acumula-se de um ano para outro a necessidade de substituição de veículos. É como uma bola de neve, também os tipos de veículos e seus equipamentos devem oferecer segurança e conforto para o passageiro, mas deve ser considerado o princípio da economicidade, com frotas padronizadas e de valor adequado.

Poderíamos analisar todo o cálculo da tarifa com os gastos da Carris, certamente encontraremos mais problemas e, ao mesmo tempo, soluções para a saída dessa crise financeira.

A redução da atividade econômica do País afeta a todos, e não poderia ser diferente ao setor de transportes, mas que não sirva de escudo para encobrir problemas de gestão. Também que os privatizadores de plantão não se alvorocem, pois o problema é pontual e resolvido, basta vontade e trabalho – basta vontade e trabalho!

Volto a algumas outras questões colocadas na semana passada e repetidas agora com a leitura deste texto. O problema da Carris é de má gestão e gerenciamento. Aos privatistas eu fiz questão de dizer que a Carris esteve na mão de uma companhia americana. Os americanos que procuraram o Prefeito da época, Leonel Brizola, e propuseram a sua encampação. Ouçam bem, a Carris se tornou pública porque os detentores, na época, do capital da empresa, procuraram o Prefeito Municipal. Nós temos uma empresa que foi *top* em 1999. Já disse, muitas desculpas estão sendo colocadas para detonar com a Carris. Nós queremos e podemos ter mais linhas T, porque é só observar: uma linha longa vai recebendo passageiros, colocando os passageiros no final de seus percursos, pegando outros e assim vai até o final da linha, e vice-versa. Portanto, as linhas transversais são muito boas. Agora, como já disse, não tem planejamento, não tem gestão. Houve ônibus novos em que foram retiradas as peças para colocar em ônibus velhos porque não houve planejamento de compra efetiva. As câmeras de vídeo colocadas nos ônibus da Carris não têm ajudado na questão da segurança, porque estão mal colocadas, estão colocadas na cara do motorista e na cara do cobrador para os fiscalizar, para ficar em cima, como se todo funcionário, por natureza, fosse relapso – o que não é verdadeiro! Como disse anteriormente, num bom concurso público feito, você captura os melhores profissionais da Cidade. E nós temos motoristas e cobradores com experiência que estão querendo trabalhar e gostariam de trabalhar na Companhia Carris.

Nós já colocamos isso a alguns Vereadores aqui, inclusive colocamos a Vereadores que vão representar o novo Governo aqui, no ano que vem. Nós não fizemos essa fala longa

aqui para criticar por criticar, muito pelo contrário, nós estamos aqui para ajudar a cidade de Porto Alegre. Nós estamos aqui para salvar a Carris! E ela é possível de ser retomada em outro patamar. É só querer, é ter vontade e determinação. Juntos, nós podemos fazer isso. O Governo tem que mostrar que tem vontade de fazê-lo. Da nossa parte há vontade e determinação... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Sócios Villela): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, o Ver. Marcelo Sgarbossa me cedeu o tempo de Grande Expediente, e vou dividi-lo em dois momentos. Primeiro, para tratar do Orçamento 2017, cujo prazo para apresentação de emendas encerrou na sexta-feira, e nós nos aplicamos não para discutir no varejo pedaços do orçamento público, mas para analisar o que estava sendo apresentado pela Prefeitura de Porto Alegre para o Orçamento de 2017. Eu discuti aqui, por quatro vezes, em discussão preliminar de pauta, e apresentei à Casa quais as secretarias ou áreas temáticas que estavam perdendo recursos, e que isso era muito grave. Era uma sinalização dramática para a cidade de Porto Alegre, porque reduzir recursos em saúde numa Cidade onde a segunda pauta mais importante colocada pela população é a saúde, a primeira é a segurança; o Orçamento 2017 reduzindo recursos na saúde, de costas para a população, reduzindo recursos na segurança, de costas para a demanda da população, reduzindo recursos no DEP, no saneamento básico, desconhecendo que a Cidade alaga, que está interditada, que está com o esgoto cloacal misturado com o pluvial, com o esgoto atingindo as casas da população, que é necessário um investimento muito grande no saneamento da Cidade. Então, apontamos isso no debate preliminar de pauta do Orçamento e construímos movimentos importantes como as emendas populares. São várias emendas populares apresentadas a esta Casa, porque fizemos o papel... E agradecemos à DL orientar às comunidades, da Emenda nº 03 a Emenda nº 13, são 11 emendas populares, todas elas buscando suprir lacunas que o Orçamento apresentava. Vou chamar a atenção que a Emenda nº 13 desta vez traz R\$ 3 milhões para subsídio, para o convênio creches comunitárias, é uma emenda popular. E nós queremos apresentar as emendas populares

ao novo Prefeito da cidade de Porto Alegre, porque elas são a leitura de demandas não atendidas na Cidade, de temas fundamentais descobertos em Porto Alegre. Tem emendas da cultura, da criança e do adolescente, especialmente para os espaços culturais. E chamo a atenção para a Jovem Companhia de Dança, que não tem como sobreviver sem orçamento. E ela envolve cinco escolas municipais com grupos de danças lá na escola municipal, um belíssimo trabalho, vinculado a uma companhia de dança, a um elenco maravilhoso de dança, e é uma companhia jovem, ou seja, é uma escola que nasceu já com intercâmbio no trabalho educacional da rede municipal. Sem orçamento, está fadada à extinção. E nós, com essas emendas populares, queremos sinalizar ao Prefeito eleito que políticas são fundamentais de serem implementadas.

De outro lado, os municipais, que estão com nova direção no sindicato, bem como na Associação dos Trabalhadores em Educação, também nos fizeram demandas de emendas, já não tínhamos prazo para que fossem populares, e estamos assinando a emenda. Conversei com o relator, não são emendas da Ver.^a Sofia, por mais que eu tenha sido canal; são emendas da saúde, do Conselho Municipal de Saúde, emendas para a Samu, para a Saúde Mental, para as Unidades Básicas de Saúde, e emendas para o funcionalismo. O funcionalismo fez proposta de emendas ao corpo do projeto, no qual prevê – vejam só – que, até agosto do ano que vem, sejam publicadas as progressões funcionais relativas a 2013 e 2014, portanto um prazo bastante largo para cumprir o plano de carreira e também a garantia do reajuste da inflação. Nós não queremos, aqui em Porto Alegre, que o que está se combatendo no Brasil todo, as ocupações das universidades federais no Brasil inteiro, que estão brigando contra o congelamento dos gastos públicos, contra a retirada de políticas públicas, contra a redução de vagas na universidade pública, como foi anunciado pelo Governo Temer. Nós não queremos que o funcionalismo de Porto Alegre tenha salários parcelados, tenha salários congelados, tenha ausência de carreira e de fortalecimento da sua motivação. Então, são emendas oriundas do debate da categoria e que nós apresentamos para a Casa avaliar. Já conversei com o Ver. Airto Ferronato de que todas elas têm esse sentido, o sentido de suprir lacunas, de indicar para o novo Prefeito que é preciso enxugar onde houve muita criação de estruturas desnecessárias, e o anúncio é de que haverá enxugamento, acho que a nossa sinalização do Orçamento deve dizer ao Prefeito eleito, à nova gestão, quais são as demandas represadas na cidade de Porto Alegre.

Encerro esta parte do Orçamento anunciando que nós propusemos, sim, uma emenda modesta para um primeiro festival das pequenas livrarias na cidade de Porto Alegre, porque este setor, em plena Feira do Livro, é um setor que se ressentiu muito da redução. Em tempos de bons negócios no País, de crescimento, elas já sentiam a dificuldade de ficar de porta aberta o ano inteiro, e, agora, imaginem com essa recessão econômica. Nós pretendemos, no ano que vem, que a Cidade organize um mês, quinze dias, de fomento ao conhecimento da livraria do bairro, do livreiro do bairro, do acervo, com lançamento de livros, com programação coletiva, que será divulgada para a Cidade e que poderá fortalecer a difusão cultural, a formação cultural que as pequenas livrarias proporcionam à nossa população.

Agora, num segundo momento, eu gostaria, então, de anunciar, de celebrar e dizer que todos os Vereadores e todas as Vereadoras já estão convidados, que nós podemos agendar para a Feira do Livro o lançamento da II Coletânea de Leis Municipais dos Direitos da Mulher. Leis que esta Câmara foi construindo, foi votando, aprimorando, são leis de homens e mulheres, então não são apenas de autoras mulheres, das Vereadoras mulheres, como a ex-Vereadoras Clênia Maranhão, Maria do Rosário, Manoela, Luiza Neves, mas também atuais Vereadoras e Vereadores, vários deles, que propuseram leis. Temos orgulho disso. Cito o Professor Garcia, que criou o Serviço Disque-Violência contra a Mulher; a ex-Vereadora Maria Celeste e ex-Vereador Elias Vidal, sobre o tema Outubro Rosa, a que me referi na semana passada, a lei que cria o Comitê de Tolerância Zero para a Mortalidade por Câncer de Mama; Ver. Dr. Goulart, implanta, no Sistema Único de Saúde – SUS – do Município, o serviço de Ecografia Obstétrica; da Ver.^a Helena Bonumá, que institui o Programa de Geração de Renda para Mulheres e o Fórum Municipal de Economia Solidária, constitui o comitê gestor do PGRM; do ex-Vereador e futuro Vereador Cassiá Carpes, que torna obrigatória a instalação de caixas para uso privativo de deficientes, idosos e gestantes no andar térreo dos estabelecimentos bancários que tenham atendimento de caixas exclusivamente em andares superiores, exceto os que possuam elevadores; do Ver. Adeli Sell, que dispõe sobre o uso dos espaços publicitários nos ônibus da Carris para campanha educativa contra a violência à mulher; o projeto de lei do Ver. Clóvis. Então, são Vereadores e Vereadoras. Edi Morelli, uma lei de 1992, prioridade de atendimento às mulheres; Ver. José Waldir, Programa Municipal de Albergues, sanções a estabelecimentos comerciais e industriais que

praticuem atos de violência e discriminação contra mulheres no Município de Porto Alegre. Então, chamo a atenção. E das nossas atuais Vereadoras – Ver.^a Jussara Cony e Ver.^a Fernanda Melchionna e desta Vereadora – temos várias iniciativas que também estão aqui.

Então, é uma coletânea que tem pelo menos dois sentidos: o sentido de ser um roteiro para que a cobrança desta legislação se realize na vida; e um roteiro na mão de instituições, um roteiro na mão desta Câmara, do Governo. Nós queremos que esse conjunto de leis seja orientador da prestação de contas que o Município deverá vir fazer no início do ano das ações realizadas no sentido do cumprimento dessa legislação. De outro lado, também, é uma coletânea para colocar na mão das escolas, para que professores, alunos possam pesquisar e verificar que a legislação existe.

Nós incluímos a Lei Maria da Penha, Lei Federal nº 11.340, muito completa, define as formas de violência doméstica, as medidas integradas de prevenção, as medidas de atendimento pela autoridade policial, as medidas protetivas de urgência, da assistência judiciária, das aplicações de penalidades ao agressor. Essa lei é muito importante e precisa ser apropriada pelo conjunto da nossa juventude e das nossas instituições.

Então, eu quero celebrar e agradecer a gestão do Presidente Cassio e de toda a equipe, de toda a Mesa Diretora. Nada é fácil nesta Câmara em função dos entraves burocráticos, mas nós conseguimos. Está aqui a nossa legislação. Amanhã nós estaremos na Feira do Livro, às 18h, no Memorial do Rio Grande do Sul, com a presença da maioria dos autores e das autoras, celebrando esse momento, valorizando as iniciativas deste Parlamento de forma pluripartidária, de homens e mulheres, e procurando transformar as leis em direitos, erradicando a cultura do estupro, da violência, do sexismo na nossa sociedade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h28min.)